

# Começar do zero

Posto de observação

**Henrique Diz**  
Professor  
Catedrático



As Comissões Parlamentares de Inquérito têm tido, na generalidade dos casos - e as exceções apenas confirmam a regra -, um papel muito limitado no apuramento dos factos que pretendem esclarecer, servindo, na maior parte dos casos, para ajustes políticos e branqueamento de responsáveis. É lamentável, porque deveriam ser uma boa oportunidade para melhorarmos a democracia e prestigiar a Assembleia da República. Não tem sido assim. Diria que por dois motivos fundamentais. Por um lado, porque há quem entenda que a "verdade" depende dos óculos ideológicos e partidários que se usam. Por outro, porque as salas do Parlamento onde se realizam têm incrustado um vírus, que ainda ninguém se preocupou em erradicar, que provoca amnésia seletiva. Só assim se pode compreender que os melhores gestores nacionais, públicos e privados, os melhores políticos, os melhores consultores e juristas, os melhores profissionais dos diversos ramos, que têm cursos das mais reputadas universidades nacionais e estrangeiras, até americanas, imagine-se, que têm remunerações estratosféricas para garantir que continuam a servir os interesses portugueses nas suas múltiplas atividades - sempre os interesses do país, nunca os próprios, "vade

retro" Satanás! - só assim se compreende, dizia eu, que estas pessoas tenham falhas de memória sobre reuniões, processos de decisão, eu sei lá que mais, de elevada importância, porque nelas se traçou o futuro de empresas, de projetos de investimento, de empreendimentos. Estou em crer que deveríamos lançar um grande programa de investigação, de dimensões apropriadas aos prejuízos que já resultaram para o país, sobre este fenómeno que permite que as "elites" portuguesas se desmemoriem a partir do momento em que entram no Palácio de São Bento. Que doença nos havia de calhar!

Problema maior, no entanto, é o que está subjacente à falha de memória de tão ilustres damas e cavalheiros: a apropriação feita por um conjunto de chamadas "personalidades" - do setor produtivo, das finanças, da administração pública, da política - do "bem" público que entendem que as deve servir, que não aos cidadãos que dizem proteger ou representar. Não estarão esquecidos dos portugueses, certamente, os episódios da defesa dos centros de decisão nacionais que justificaram privatizações a favor de empresários do país, muitos dos quais, em nome dos tais centros de decisão nacionais, venderam, não muito tempo depois, as suas participações a interesses estrangeiros, com bons lucros.

Talvez fosse útil recordar aqui uma frase de Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica: "Não existe dinheiro público, apenas dinheiro dos contribuintes", para reforçar a ideia de que os eleitos, os governantes, os que recebem subsídios do "Estado" - ou são beneficiários de diminuição de impostos - para as suas atividades empresariais não são "donos", mas apenas fiéis

depositários, dos montantes que os contribuintes entregaram e que esperam sejam utilizados na prossecução do bem comum - comum, no sentido de todos os cidadãos, e não na interpretação de respeitante a "meia dúzia" de privilegiados.

O que os sucessivos inquéritos judiciais e parlamentares têm demonstrado é a existência de uma enorme confusão entre bem público e bem privado, entre questões de Estado e questões do mundo dos negócios, numa proliferação de atuações nos limites do eticamente aceitável, muitas vezes ultrapassados das mais diversas formas, com utilização de interpretações da lei que o Ministério Público tem vindo a denunciar. Não quero aqui fazer aplicações da lei ou interpretações da sua utilização e aplicação, por duas ordens de razão: porque não sou competente para o efeito e porque, ainda que o fosse, não seria este o local apropriado. Mas, qualquer que seja a noção de ética que tenhamos, não podemos deixar de, sob esse ponto de vista, deixar uma forte reprovação aos abusos que têm sido sucessivamente cometidos por um conjunto de pessoas em que devíamos depositar a máxima confiança pela sua posição e importância na sociedade ou porque os escolhemos para gerir o país em nosso nome.

O problema que se coloca é que a maioria dos cidadãos parece indiferente ao que se passa e não manifesta nenhuma vontade de impor os seus direitos a quem aceitou representá-los. Parece, por vezes, amorfo, embora, no imediato, possamos ter reações fortes, nomeadamente na moda das redes sociais. Tudo se passa como se tivéssemos a noção de que nada podemos fazer. E daí a expressão corrente de que "eles são todos iguais", manifestamente injusta para os que se dedicam de alma e coração à causa pública, mas que permite aliviar a nossa consciência coletiva. Leiam os discursos do dia

10 de Junho e lá encontrarão as referências à necessidade de não esquecermos os erros, mas com eles aprendermos, de pedir responsabilidades a quem não soube ou não quis assumir os seus deveres sociais, económicos, políticos, de não sermos indiferentes.

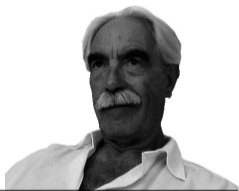
Em tempos idos, e a propósito de umas eleições presidenciais de extrema importância, lembro-me de ter sido, porventura, indelicado quando apresentei ao meu interlocutor, numa discussão entre bons amigos, o argumento de que muitos pensavam(os) com "a barriga". Muitas escolhas seriam feitas não com base na ideologia, mas sim na percepção dos proveitos que antevíamos. Acrescentaria, talvez, outro argumento: a clubite. Mais acirrada do que nunca. O que vem, é proposto ou realizado pelos membros do nosso "clube" não pode ser submetido a escrutínio. É sempre bom. Já quando vem do outro lado, nem discussão merece de mau que certamente é. E então, se vier da direita, é apenas o resultado do conluio com os capitalistas mais empedernidos para "roubar" os trabalhadores. Por isso, quando chega a altura de pedirmos responsabilidades, somos pouco ativos e pouco convincentes.

Talvez devêssemos utilizar o mesmo procedimento que me recomendam com computadores. Quando tudo está a correr mal, faz um "reset". Desliga e volta a ligar. Sem rancores. Com espírito de abertura. Com vontade de dialogar, de ouvir os outros, de separar o trigo do joio, independentemente das cores de que se vistam. Mas reconheço que não sou otimista nesta matéria. A divisão é tão profunda, as posições tão exacerbadas que vai ser difícil retomarmos uma linha de rumo coletivo coerente que resista à espuma dos dias. É pena. ◀

*Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico*

# (H)À educação

**António Cachapuz\***



O Homem, fazedor de símbolos?

Como é que nos podemos tornar mais humanos? Para o poeta T. S. Elliot, a resposta é fácil: só aqueles que arriscam ir mais longe é que sabem até onde podem ir. Para os leitores mais afoitos às "coisas" do conhecimento, um caminho possível é desocultar relações dialógicas entre a Arte e Ciência como expressão da abertura interdisciplinar; isto é, ir mais longe da visão segmentada e hierárquica do conhecimento ainda dominante. Na 5.ª Sinfonia de Mahler ou na lei de Lavoisier, o que aí se revela é a luta do Homem para dar significado à vida, celebrar a nossa humanidade ou corrigir as limitações e a miopia do senso comum.

O tema é recorrente (nem sempre pacífico) entre artistas e cientistas, mas dificilmente chega ao

grande público. A previsão é, aliás, de que o diálogo entre Arte e Ciência será aprofundado durante o século XXI (Wilson, 2002). O caminho foi aberto por Leonardo, "O" Homem do Renascimento. Na modernidade, Bachelard (1943) foi dos primeiros a abordar o tema, considerando que a emoção estética está na intersecção da descoberta científica e da criação artística. Para insígnies matemáticos como Henri Poincaré (1920), as civilizações só valem pela Arte e pela Ciência. Mais perto de nós, o prémio Nobel de Medicina François Jacob (1985) considerava que, no final do século XX, deveria ser claro que nenhum sistema de pensamento é capaz de explicar o mundo em todos os seus detalhes (ao meu conhecimento, tal argumento não foi, entretanto, infirmado). Ou ainda Roald Hoffmann (1986), prémio Nobel da Química, para quem estabelecer parâmetros perfeitamente definidos para interpretar o universo é mais fácil do que questionar a morte ou a invenção do amor, dois temas recorrentes em Arte. Plaza (1996), um artista, considera que, na origem do acto criador, o cientista não se diferencia do artista, só que trabalham diferentes materiais do Universo. Entre nós, há também quem se debruce sobre o assunto, sendo um bom exemplo o trabalho do químico Jorge Calado.

Sosseguem-se os irredutíveis cartesianos. O neurocientista Damásio vem questionando a utopia cartesiana do divórcio entre a razão e a emoção. Ao invés, Damásio explica, com base na investigação em neurociências, o necessário papel das emoções na decisão racional, acrescentando que não se trata de desvalorizar o papel da razão mas tão só de nos ajudar a melhor compreender como é que a mente humana funciona. Palavras sábias.

Aproximar o "mundo da verdade" do "mundo da emoção e da beleza" no âmbito de uma visão interdisciplinar do conhecimento não deve só servir para legitimar intenções epistémicas da academia. É preciso olhar para fora. Deve servir também para melhorar a educação, dos jovens e menos jovens. A educação deve promover um diálogo inovador entre diversas áreas do saber que ajude os jovens a reinventar a sua relação com o conhecimento, permitindo-lhes dar sentido, unidade e coerência à diversidade de suas representações e experiências com o mundo. Que o diga o poeta/cientista António Gedeão/Rómulo de Carvalho, vulto maior da educação contemporânea no nosso país e cuja obra ainda não chegou como devia às nossas escolas.

É dele que relembrar alguns dos seus versos no poema "Lição sobre a Água", em que a Física/Química se confunde com a conhecida pintura do pré - Rafaelita John Everett Millais: "Este líquido é água/Quando pura é inodora,

insípida e incolor/Reduzida a vapor, sob pressão e a alta temperatura move os êmbolos das máquinas que, por isso, se denominam máquinas a vapor/É um bom dissolvente/Embora com excepções mas, de um modo geral, dissolve bem tudo, ácidos, bases e sais/Congela a zero graus centígrados/E ferve a 100, quando a pressão normal/Foi neste líquido onde numa noite cálida de Verão, sob um luar gomoso e branco de camélia, apareceu a boiar o cadáver de Ofélia com um nenúfar na mão".

Temos de aprender de novo a formular perguntas adequadas sobre o futuro da educação em geral e da educação em ciências em particular. Todos sabemos que a Arte e a Ciência são aspectos diferentes da atividade humana. Mas essa não é a questão interessante. A questão interessante é, no quadro de uma visão não redutora do conhecimento, explorar o que as une e não o que as separa e de que modo tal visão diacrónica Arte/Ciência pode melhorar a qualidade da educação em ciências oferecida aos alunos e dar uma oportunidade aos professores para irem mais além das rotinas e burocracia a que frequentemente são sujeitos nas suas escolas. Não é tarefa fácil. ◀

\*Centro de Investigação "Didática e Tecnologia na Formação de Formadores" (CIDTFF) da Universidade de Aveiro (cachapuz@ua.pt)